Nota de Pesquisa

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito: 2/2/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MIRANDA, R. da S. Mulheres e ditadura: a trajetória de Izabel Tavares da Cunha e sua contribuição para a democracia e os direitos humanos no Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 125-131, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p125-131.

MULHERES E DITADURA

A TRAJETÓRIA DE IZABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ

Rosinda da Silva Miranda[1]

Resumo: A presente pesquisa visa investigar a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha, importante ativista na luta por democracia, direitos humanos e feminismo na Amazônia. Seu período de atuação se desenvolveu principalmente nas décadas de 1960, 1970/1980 até meados de 1990. A problemática gira em torno do silenciamento e reconhecimento das ações das mulheres em agendas de lutas políticas. Portanto, tem-se como objetivo principal biografar a vida de "Iza Cunha", buscando o passado do sujeito na História para entender o presente e elucidar novas questões para o futuro. Pois, mais do que contar a sua história, é olhar de outro ângulo a história da Amazônia paraense, do Brasil e quiçá do mundo, todavia com as fontes voltadas para reforçar o feminino na história e suas peculiaridades no espaço público entrelaçado com o privado.

Palavras-chave: direitos humanos, gênero, ditadura civil-militar, democracia, trajetória.

[1] Socióloga, mestra em Ciências da Religião, professora da Faculdade Teológica Batista Equatorial (Fatebe), Belém, PA. E-mail: mirandarosinda80@gmail.com

WOMEN AND DICTATORSHIP: THE TRAJECTORY OF IZABEL TAVARES DA CUNHA AND HER CONTRIBUTION TO DEMOCRACY AND HUMAN RIGHTS IN PARÁ

Abstract: This research aims to investigate the life trajectory of Izabel Marques Tavares da Cunha. An important activist in the struggle for democracy, human rights and feminism in the Amazon. Its period of operation developed mainly in the 1960s, 1970/1980s until the mid-1990s. The problem revolves around the silencing and recognition of women's actions in political struggle agendas. Therefore, the main objective is to biograph the life of "Iza Cunha" seeking the subject's past in history to understand the present and elucidate new questions for the future. For, more than telling its history is to look from another angle the history of the Amazon of Pará, Brazil and perhaps the world, however with the sources aimed at reinforcing the feminine in history and its peculiarities in the public space intertwined with the private.

Keywords: human rights, gender, civil-military dictatorship, democracy, trajectory.

Introdução

A presente pesquisa visa narrar a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha – Iza Cunha – que desenvolveu seu ativismo político no período da Ditadura Militar, governo este que vigorou de 1964 a 1985[2], sua militância política também se estendeu para início da redemocratização, com forte atuação nos partidos políticos e movimentos sociais. O contexto histórico da política brasileira da década de 1960 apresentou um cenário conturbado, deixando de ser democrático, após o golpe militar de 1964.

O principal objetivo do trabalho é apresentar as mulheres como agentes de transformações sociais, para tanto escolheu-se como estudo de caso a trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha, ou Iza Cunha, visto que ela teve importante atuação na organização dos movimentos contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Foi presa e torturada pelos militares, mas não desistiu de seus objetivos, que era transformar o sistema político brasileiro novamente em democrático e tornar a sociedade, de acordo com os seus ideais marxistas, mais justa e igualitária. Iza teve importância fundamental na criação de movimentos populares que ajudaram a dar origem a instituições, entre outras, como: a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH) e o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC).

A temática se tornou importante, uma vez que o golpe de 1964 sofre resistência por parte de grupos políticos de oposição, e naturalmente os militares começam a querer expurgar de qualquer forma os seus adversários e passa a perseguir essas pessoas, pois era produto da ditadura a Segurança Nacional, inspirada nos Estados Unidos, cuja ideia era a "manutenção da ordem social e controle e vigilância permanente a grupos considerados subversivos, e o apoio das elites e da imprensa foi fundamental para o autoritarismo."[3] (AMORIM; SILVA, 2016, p. 4). Entre os

[2] A pesquisa tem sua motivação pautada na história de vida de algumas mulheres que utilizaram suas vidas em defesa de outras pessoas e que, de alguma forma, sofreram em decorrência disso, viveram privações, perderam a vida ou a puseram em risco, e a partir dos relatos apresentados na Comissão Nacional da Verdade (CNV) e também das entrevistas apresentadas no projeto, A UFPA e anos de chumbo: Memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964–1985). Coordenado pela historiadora Edilza Joana Fontes.

[3] Ver em: AMORIM, C. R. T. C.; SILVA, L. P. R. da. Ditadura Militar (1964–1985): o Movimento Estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório,** Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p177. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954. Acesso em: 25 jan. 2023.

opositores da ditadura estavam: trabalhadores do campo e da cidade, moradores da periferia, sindicatos, políticos de esquerda, os quais foram perseguidos, torturados, mortos ou exilados.

Esses que foram perseguidos lutavam nos processos de democratização do Estado e da sociedade e tinham um pensamento em torno dos direitos humanos, defendendo amplamente a dignidade humana por meio da justiça social, com profuso debate entre igualdade e diferença. Portanto, esse período ficou marcado pelas lutas em favor dos direitos sociais, políticos e humanos.

Iza Cunha, juntamente com Humberto Cunha, Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, entre outros, procurou desenvolver um trabalho relacionado a luta pelo direito à terra, por igualdade, liberdade política e de denúncia dos crimes cometidos pelos militares por meio de torturas e massacres contra estudantes, políticos, profissionais, militantes e a população em geral. Entre os principais benefícios gerados por esse grupo, destaca-se a formação da Sociedade de Direitos Humanos, a luta pela posse de terra e a organização de movimentos sociais e partidos políticos, como o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O cenário que se apresenta nesse período era o de profundas transformações sociais ocorridas no Brasil. Os militares lançavam políticas com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do País, e com isso surgiram os grandes projetos de integração, como os agropecuários e de mineração, estimulando um fluxo migratório da população brasileira, o que ocasionou grandes conflitos agrários e mortes na luta pela posse da terra. Por esse motivo, nesse período, vários movimentos surgiram e se organizaram em busca de direitos humanos.

Para Silva (2005), esses acontecimentos fizeram com que a Igreja Católica e alguns protestantes se reunissem formando o Movimento Ecumênico de Luta pela Questão do Campo e principalmente pela libertação dos presos do Araguaia, o que deu origem ao Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). E nessa busca por justiça mediante ação libertadora e ecumênica, na sua opção clara pelos deserdados da terra e espoliados pelo sistema, apareceu o protagonismo de duas mulheres que se tornou decisivo para a história dos movimentos populares no que diz respeito aos direitos humanos no Pará, são elas: Hecilda Veiga e Izabel Cunha. Esse processo levou ao que seria o movimento embrionário do que viria a ser a SPDDH.

Conforme Silva (2005), essa mobilização possibilitou a formação de um comitê informal de defesa dos direitos humanos para, em 1977, ser fundada a SPDDH. Essa fundação reuniu instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além da presença da ala progressista da Igreja Católica no Pará. O advogado Paulo Fonteles (assassinado em 1987) foi o primeiro presidente, este vislumbrava uma entidade com forte presença nas lutas ideológicas. A SPDDH teve e tem grande importância nas lutas sociais na Amazônia, por sua resistência e solidariedade ecumênica.

A base teórica da pesquisa

Para discutir teoricamente a pesquisa no caso das mulheres que sofreram com o silenciamento em relação aos seus protagonismos, a história do tempo presente ajuda a problematizar, a discutir e ampliar a questão da visibilidade das ações das mulheres como agentes históricos de

transformação social, e passa a discutir também o reconhecimento da participação política delas fora do ambiente doméstico, mostrando capacidade de assumir papéis em todos os âmbitos da sociedade, e com isso desenvolver seu protagonismo nas lutas políticas, tanto no campo do privado quanto do público, ou seja, tanto no que diz respeito às questões de ordem mais doméstica e as de cunho mais voltado para uma política mais geral.

Portanto, para estudar a sociedade brasileira paraense e as mulheres como sujeito e agente histórico transformador da sociedade, envolvidas com as causas populares, buscou-se problematizar o silêncio na história com relação à participação das mulheres nos espaços públicos, utilizando como base teórica Perrot (2012), em que ela explica que o silenciamento em relação à invisibilidade feminina diante da história se deve a três fatores: em primeiro lugar, as mulheres atuaram em família, confinadas em casa ou no que serve essa casa, passando pela invisibilidade, e em muitas sociedades essa falta de visibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. As mulheres causam medo, desordem, indecência, sedução e transgressão. O corpo delas amedronta, por isso é preferível que ele esteja coberto; elas não possuem sobrenome, têm apenas nomes; e estão primeiro ao lado ou para fora com as crianças. Ou seja, a imagem das mulheres se torna pejorativa à sociedade.

Em segundo lugar, o silêncio pode estar relacionado às fontes, pois as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, porque tiveram acesso à escrita tardiamente, elas mesmas não têm interesse por seus vestígios, pois afinal são apenas mulheres, e o seu pudor se estende à memória.

O terceiro e maior silêncio da história das mulheres é o do relato, outrora fora idealizado, haja vista que os homens escreviam essas histórias. O conto de fadas estrutura um modelo de mulher, portanto essas histórias precisam ser registradas como memórias pelas próprias mulheres com menos idealização e mais precisão, em que os cotidianos do público e do privado se entrelaçam e isso se dá a partir da participação das mulheres na área científica e profissional.

> O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – Concorreram para a emergência do objeto ‘mulher’, nas ciências humanas em geral e na história em particular. Faço aqui uma breve evocação. (PERROT, 2012, p. 19).

Como forma de entender mais a história das mulheres, recorre-se aos estudos de gênero como categoria histórica e relacional, conforme exposto por Rago (1998, p. 1):

> Nos anos oitenta, Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres, num trabalho que se tornou bastante conhecido, no qual expunha os inúmeros problemas decorrentes do privilegiamento de um outro sujeito universal: a mulher. Argumentava que muito se perdia nessa historiografia que, afinal, não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas, mas interagem continuamente com os homens, quer os consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano, como os colegas de trabalho, os médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. Concluía pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse

> as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. Ao mesmo tempo, levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? Em relação à primeira questão, Perrot respondia simultaneamente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da História no feminino. Não, em se considerando que o método, a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes enquanto pesquisadora do movimento operário francês.

Procurar vestígios femininos nas fontes escritas e também incitar esse olhar sobre ótica feminina deixado na história, como elas pensavam as singularidades das demandas específicas de sua época, estimula outra interpretação da história, diferente daquela já em circulação, uma nova escrita e um novo olhar sobre as fontes também fará repensar a própria interação das relações de gênero e os aspectos da naturalização biológica do ser homem e mulher. Como em outro momento fora feito quando se levantou a possibilidade de elaboração de uma proposta de releitura da história no feminino, incluindo a categoria gênero como categoria de análise, pois, para Scott (1995, p. 3),

> na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.

O termo gênero, para a autora supracitada, pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter social das diferenças baseadas no sexo, então ela passa a rejeitar o determinismo biológico presente nos termos "sexo" e "diferença sexual". O gênero também em sua origem estava relacionado aos estudos femininos de forma isolada, mas, diante da necessidade de estudar os dois gêneros, eles podiam ser compreendidos de forma separada, porém se interessando tanto pela história dos homens quanto das mulheres com objetivo de entender a importância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico. O gênero, na visão de Scott, também se tornou importante, pois era um termo proposto por quem defendia que a pesquisa sobre mulheres transformaria os padrões no seio de cada disciplina, e defende ainda que

> as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. 'Aprendemos', escreviam três historiadoras feministas, que inscreve as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (SCOTT, 1995, p. 3).

Diante dessa questão, uma nova história das mulheres precisa ser construída, e pode ser verificada a partir da luta pela conquista e garantia dos direitos femininos, porém ela não se dá

de forma isolada, o que se torna motivo de discussão para a própria construção da história das mulheres, ou seja, o processo de reconhecimento da mulher enquanto ser humano.

Metodologia utilizada na pesquisa

Com o objetivo de elaborar um trabalho com abordagem historiográfica, a metodologia do trabalho segue no intuito de fazer levantamento de fontes, que podem ser orais ou documentais, e depois analisá-las com auxílio da teoria escolhida. No caso específico do presente trabalho, as fontes utilizadas são:

- **Fontes orais** – Familiares, amigos, militantes de partidos e dos movimentos sociais. Registram-se os aspectos cotidianos da história de vida da personagem pesquisada, de forma que essas informações possam apontar caminhos para a vida pública, ou seja, descobrir as influências e inspirações que a levaram ao ativismo político. Essa primeira foi realizada com amigos e familiares, colegas de trabalho das instituições pelas quais a personagem passou. As entrevistas são abertas, levando em consideração os fragmentos de memórias que os informantes queiram relatar, isso será realizado com pessoas que conviveram diretamente com a protagonista. As entrevistas foram previamente agendadas com os informantes da pesquisa. As fontes orais serão distribuídas da seguinte forma: **Fontes orais membros da família e companheiros e companheiras de militância** – ex-marido Humberto Cunha; irmã Vera Tavares; sobrinho Junior Tavares; os filhos, entre outros.

- **Fontes escritas** – Arquivos de documentos e imagens (arquivo pessoal, documentos pessoais de identificação, arquivos de instituições de ensino e Jornal Resistência). Serão visitadas instituições, públicas ou religiosas das quais Iza Cunha participava ou se fazia presente esporadicamente, com objetivo de rever documentos que relatem suas ações, fala, ou seja, suas participações. Utilizar-se-ão também como fontes de informação, sites, periódicos, redes sociais, e-mails e o Jornal Resistência. As fontes escritas são organizadas da seguinte forma: **Fontes Escritas/Arquivo Pessoal e Fontes Escritas/ Jornal Resistência**.

- **Jornal Resistência** – Esse jornal apresentou-se como um dos mais importantes veículos de comunicação dos movimentos contra a Ditadura Militar na década de 1970 e 1980. Nele existiam demandas que envolviam inúmeros movimentos sociais, no caso desta pesquisa, o movimento feminista e direitos humanos. Dessa forma, percebem-se, em diversas questões apontadas em matérias publicadas nesse período, demandas que envolviam a luta por direitos das mulheres, que manifestavam pautas que estavam na ordem do tempo, como saúde, educação e democracia com aspectos mais gerais, entretanto havia também anseios mais específicos como lavanderia popular, restaurantes populares, a relação com o corpo e o prazer sexual e afetivo da mulher e a exploração capitalista, que colocavam as mulheres em condições de desigualdade nas relações de gênero.

Nesse sentido, o Resistência representava um veículo de mobilização e conscientização para a luta por representatividade feminina na relação entre os espaços público e privado. Pois o dis-

curso feminista existente no Jornal Resistência representa uma reverberação do feminismo que ocorreu ao redor do mundo e que está presente até os dias atuais. O Jornal Resistência evidencia as matérias que possuem pautas feministas para analisar suas narrativas, demandas e a forma de luta das mulheres no período.

Outras fontes de análise serão imagens fotográficas, vídeos e documentais a partir da pesquisa de campo na coleta de dados orais e na consulta aos acervos existentes na Fundação Cultural do Pará em seu arquivo público, no Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e na Sociedade de Direitos Humanos (SDDH-PA) e no Seminário Presbiteriano de Garanhuns em Pernambuco, onde Iza Cunha esteve presente estudando.

Considerações

Contar a história a partir da história de vida de alguém é tentar se aproximar de uma verdade histórica de quem pensou, organizou, se dedicou, sofreu em função de algum ideal, gerando novas ações sociais, que, para Weber (1999), são ações orientadas pelo comportamento de outros, que podem ser determinadas por: modo racional referente a valores, afetividade ou afins, e muitas pessoas quando desenvolvem suas ações ganham destaque em algum ponto da vida cotidiana trazendo benefícios para a vida de outros, pois pensam no coletivo. Portanto a memória delas deve ser preservada, pois serve de motivação para outras gerações.

Nesse sentido, quanto mais pesquisas se desenvolverem no intuito de relatar a participação política das mulheres na Amazônia, seja em tempos conturbados ou não, vamos entender como agem essas mulheres, o que há de singular, peculiar que pode ser pedagógico para outras ações.

Referências

AMORIM, C. R. T. C.; SILVA, L. P. R. da. Ditadura Militar (1964-1985): o Movimento Estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p177. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954. Acesso em: 25 jan. 2023.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

SILVA, A. C. T. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense**. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, Porto Alegre, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.